



# Anais da Assembléia

Nº 74

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1975

ANO I



## *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

L E I Nº 05/75

DATA: 26 de Junho de 1975.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "TENDA ESPÍRITA MÃE MARGARIDA", com sede nesta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28 § 4º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Tenda Espírita Mãe Margarida, sociedade civil de caráter religioso - filantrópico, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, - revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26/06/75.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

# 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

## ATA DA 110a. SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1975

(SEXTA - FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, Secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, 47 (quarenta e sete), achando-se ausentes os Srs. Deputados Maurício Fruet, Edilson Alencar, Fabiano Braga Côrtes, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jurandir Messias e Quielse Crisóstomo. 7. (sete).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvida a Casa, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, pela oportuna iniciativa de alertarmetno a população quanto aos perigos de incêndio no período das festividades juninas.

Requer, outrossim, seja enviada aquele Comando, cópia de inteiro teor do presente.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

#### JUSTIFICATIVA:

Muitas vezes a brincadeira inocente, neste período dos festejos juninos, tem provocado prejuízos materiais, quando não verdadeiros dramas para inúmeras famílias. Ainda hoje está viva na lembrança dos paranaenses, a sequência de incêndios que há anos passados causaram danos materiais e transtornos aos paranaenses. Essa ameaça é latente, principalmente neste período quando nos folguedos juninos ainda se solta balões e fogos de artifícios. A intensidade do perigo tem contornos alarmantes quando sabemos das condições climáticas e a vastidão de florestas e campos do Paraná, diante das condições limitadas para combate a incêndio em grandes proporções e pontos diferentes do Estado. Daí porque, ao vermos a medida preventiva da Polícia Militar do

Estado do Paraná chamar a atenção dos paranaenses através de uma campanha educativa, utilizando o moderno meio de comunicação que é a televisão, julgamos oportuno manifestar os cumprimentos ao Comando da PMEP e seus integrantes. E, nos permitimos nesta oportunidade, manifestar a sugestão para que a referida iniciativa, não fique restrita à área da Polícia Militar e se estenda a vários outros órgãos da administração pública, que poderão também, emprestar colaboração, tais como a Secretaria da Agricultura e sua rede de órgãos no interior paranaense e outros. Assim sendo, solicitamos dos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer, após ouvido o plenário, que esta Casa envie expediente ao Dr. Francisco Borsari Neto, Secretário da Educação e Cultura, no sentido de ver possibilidade da criação de uma Escola Técnica de Comércio, no município de Santa Helena.

a) Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:-

Para justificar tal medida, temos que observar a dificuldade que enfrentam os alunos, para se locomover até o vizinho município de Mal. Cândido Rondon, através de estradas nem sempre asfaltadas, perfazendo cerca de 140 km diários neste itinerário, de ida e volta, e na maior parte, durante o período noturno. Santa Helena, criado município há mais de 8 anos, com ginásio em pleno funcionamento, tendo formado várias turmas, se vê as voltas diante desse problema de conseguir com que os alunos continuem os estudos ingressando no segundo grau. Constatase que Santa Helena, nos últimos anos, vem sofrendo um enorme fluxo populacional. Há, portanto, em nosso entender, necessidade premente de no município ser criada e instalada uma unidade de ensino de 2º grau, de preferência Escola Técnica de Comércio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa., após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, sugerindo, que nos próximos estudos da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária, a cidade de São JOÃO DO IVAÍ seja elevada à sede da comarca.

Apresentando elevado número de ações, grande população urbana e considerável distância, a designação de São João do Ivaí como sede judiciária é medida justa e de alta decisão por parte daquela autoridade.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) DEL CIEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve na forma regimental após ouvido o plenário, requer seja encaminhado ao Exmo. Sr. Desembargador Henrique Nogueira Dorfmond, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ofício que incluia na nova divisão judiciária a seguinte retificação de divisas de delimitação territorial da circunscrição imobiliária da comarca de União da Vitória, e distrito judiciário de São Cristovão, conforme discriminação anexa.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) ERNESTO GNOATO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa., após ouvido o plenário, que seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando a instalação de um Centro de Saúde na cidade de Ivaiporã.

Centro de convergência de grande massa popular que se desloca para as diversas regiões do Estado, a par de seu crescimento interno, que vem apresentando acentuado desenvolvimento no setor agrícola, Ivaiporã necessita de um centro sanitário, a fim de dar a essa população, pelo menos, as mínimas condições de higiene.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1975.

a) DEL CIEL.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa., após ouvido o plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Senador Nelson Carneiro, apoiando o projeto de lei do senador Vasconcelos Torres, que visa o reconhecimento da profissão de Sociólogo, e que se encontra em mãos daquele Senador designado para oferecer parecer.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) DEL CIEL.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa., após ouvido o plenário, seja enviado apelo através de Telex ao Exmo. Sr. Edwaldo Botto de Barros, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de que seja instalada uma agência de Correios na cidade de Ortigueira, neste Estado.

Atualmente, existe naquela localidade apenas um posto mantido pela Prefeitura Municipal, que não oferece condições necessárias para atender ao grande número de usuários.

Ortigueira anteriormente já possuiu uma agência e o seu restabelecimento constitui uma iniciativa de grande alcance, dado o enorme desenvolvimento que experimenta aquela localidade, cujo movimento postal, reclama a definitiva instalação de uma agência.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

a) DEL CIEL.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja asfaltada com urgência, a estrada Pr 340 — trechos Jaguapitã — Guaraci — Centenário do Sul — Lupionópolis — Santo Inácio — Santa Inês — Itaguagé — Porto Ceará.

Com o asfaltamento da estrada em pauta, visamos proporcionar à região, fácil escoamento de sua produção agro-pastoril, que hoje se faz com grande dificuldade, principalmente na época das chuvas.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer, após a aprovação do plenário, que se oficie ao Sr. Secretário dos Negócios da Educação e Cultura, manifestando apelo no sentido de que sejam pagos os salários das serventes lotadas nos seguintes estabelecimentos de ensino de Maringá: "Unidade Polo do Jardim Alvorada" e "Unidade Educacional Presidente Kennedy", esta última localizada no Bairro do Mandacari. Desde que essas unidades escolares foram inauguradas, dia 05 de março do corrente ano, os pagamentos ainda não foram efetuados. A falta da liquidação dos vencimentos já provocou o abandono do serviço por 5 (cinco) zeladoras do total de 20 (vinte) que compõem o quadro. Essa atitude do Estado, que além de estabelecer salário Inconstitucional e ofensivo, configura evidente desrespeito, deixando os servidores envolvidos por padecimentos de toda ordem.

Desconhecendo os problemas que envolvem possivelmente o setor financeiro do Estado ou a sua desorganização administrativa as seguintes informações:

a) — Porque o atraso está ocorrendo nos pagamentos a servidores? , especificar esclarecimentos com referência ao atraso de 4 meses nos pagamentos das serventes das Unidades Educacionais supra mencionadas.

b) — Por que as serventes com idade de quarenta e cinco anos acima, não recebem salário família e, por que não foram beneficiadas com o último aumento ocorrido?

Com referência a questão "b", cumpre salientar nossa estranheza pela atitude discriminatória do Poder Público Estadual.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, a inserção em ata, de um voto de descontentamento e desaprovação pela maneira deselegante e desatenciosa com que o Senhor Presidente da SANEPAR, Engenheiro LEO LINZMEYER, vem tratando a maioria das partes que o procura, principalmente o signatário deste e Prefeitos de várias comunas paranaenses.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI

## PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI Nº 90/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Comunidade Carmelitana de Paranavai.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

a) WILSON FORTES

## JUSTIFICAÇÃO:

A entidade que se pretende, com o presente plano de lei, seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais exigidos para esse reconhecimento. Presta desinteressadamente serviços relevantes à coletividade, não tem qualquer finalidade lucrativa; os seus Diretores não são remunerados e não há qualquer distribuição de lucros ou dividendos aos associados.

## PROJETO DE LEI Nº 91/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º – Fica criado o município de Maripá, desmembrado do município de Palotina.

Art. 2º – O futuro município de Maripá, teria as seguintes limitações com o atual município de Palotina:

Partindo do arroio 18 de abril em linha seca, sentido Norte com 7 km de extensão. Deste ponto com um vértice de 90º à direita (sentido leste) desce até o Lageado Bem-te-vi (no ponto em que cruza com a estrada de Palotina – Maripá), também em linha seca com uma extensão de 4,63 km.

Do Lageado Bem-te-vi, desce pelo mesmo até sua confluência com o córrego Lageado das Araras, seguindo por ele até sua confluência com o Rio Azul.

Por fim segue pelo Rio Azul até sua desembocadura no Rio Piquiri.

As outras limitações ou sejam com os municípios de Iporã, Assis Chateaubriand e Toledo, ficariam sendo as mesmas do atual município de Palotina.

## CONFRONTAÇÕES:

NORTE: Município de Iporã;

SUL: Município de Toledo;

OESTE: Município de Palotina; e,

LESTE: MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

## JUSTIFICATIVA:

O distrito judiciário de Maripá, localizado à 18 km de Palotina, vem destacando-se pela sua produtividade agrícola e, conseqüentemente o enraizamento de sua população agrícola, o distrito de Maripá, merece a sua emancipação política e administrativa, por ser o único distrito que possua até a Festa da Soja de 1975, terras legalizadas isto é, escrituradas e registradas. Sua população e o crescimento, merece sua emancipação.

O SR. PRESIDENTE – Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, primeiro orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Nossa Pátria soberana e de paz muito deve às personalidades que deram de si para a preservação dos nossos direitos e desenvolvimento das nossas potencialidades.

Dentre estes idealistas, ressalta-se o nome do General Raul Munhoz, filho do Comendador Alfredo Caetano Munhoz, que nasceu a 28 de junho de 1875, portanto, há um centenário a completar no dia de amanhã.

O curriculum que legou às novas gerações é dos mais expressivos. Como militar, desde o dia 10 de março de 1890, quando “assentou praça voluntariamente no 8º Regimento de Cavalaria”, ou após 29 de abril de 1929, quando foi transferido para a Reserva no posto de General de Brigada foi exemplar integrante das nossas forças de segurança.

Merece destaque as expressões relacionadas à sua pessoa contido na ordem do dia do Comando das Armas, nº 30, de 29 de agosto de 1890, portanto há dois meses do seu ingresso na vida militar, louvando-o “pela dedicação e zelo que manifestou no cumprimento de seu dever”.

A sua vibrante participação em jornadas patrióticas foi diversas vezes enaltecida. Com especiais referências como a do Comandante do Regimento a que serviu no ano de 1918, que em janeiro de 1919 registrou:

Em 1919, em janeiro, assim se expressou o Comandante do Regimento: “Este oficial retirando-se do 14º Regimento de Ca-

valaria, deixa aqui grata e saudosa recordação. Na valiosa colaboração, que prestou, revelou, tal dedicação, tão acentuada competência profissional e tão carinhoso zelo no cumprimento de seus deveres, que não poderia ser exercido por outro, por competente que fosse. E além das finalidades citadas possui o Senhor Capitão Raul Munhoz, o traço cavalheiresco dos homens de fina sociedade, atraindo, encantando, impondo-se ao respeito e à dedicação de todos os seus subordinados, de seus colegas, o mesmo de seus superiores”.

Homem de princípios bem consolidados, tinha-os como norteadores de sua conduta. Por isso, como escreveu o jornalista Antonio de Paula, preferiu renunciar a uma cadeira de Deputado para a qual fora eleito por expressiva margem de votos. E, de outra feita, não hesitou em exonerar-se do Comando das Forças Policiais do Paraná, para ressaltar o princípio de autoridade”.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica que terminou o tempo concedido a V. Exa. No entanto, concede-lhe mais um minuto para concluir a sua oração.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Agradecemos a deferência de V.

Exa., Sr. Presidente. E concluímos dizendo que a sua morte foi sentida por todos os paranaenses, conforme as publicações através da imprensa.

Por outro lado, Leonor Castelano, num artigo especial, intitulado “Morte de um Lidador de Cristo”, destaca os traços elogiáveis e exemplares do ilustre General Raul Munhoz, que nesta oportunidade homenageamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna para apresentar projeto de lei que visa criação da comarca do município de São Miguel do Ivaí. (Lê): “Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Senhor Dezembargador Henrique Nogueira Dorfmond, Presidente do Tribunal de Justiça de nosso Estado, no sentido de solicitar seja estudada a possibilidade da criação e instalação de Comarca no município de São Miguel do Iguaçu.

A justificativa do presente requerimento e calcado na necessidade gerada pelo município, situado na área de influência da futura Usina de Itaipu, de grande progresso, como comuna agrícola, e de passagem obrigatória para as Cataratas do Iguaçu pela Rodovia BR-277. Conta o Município de São Miguel do Iguaçu com cerca de 55.000 habitantes e com número de eleitores em torno de 15.000. É um dos municípios do Oeste que mais está se desenvolvendo. Cremos pois, ser justo, na oportunidade em que se procede a nova organização judiciária do Estado, concluir São Miguel do Iguaçu, para ali ser criada e instalada a Comarca.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975”.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na primeira quinzena de agosto, na cidade de Porto Alegre, por iniciativa da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, estará se realizando o I Simpósio Nacional do Soja. As estatísticas estão a demonstrar que o Paraná é o segundo produtor do soja e a expectativa é que, a continuar no mesmo ritmo de crescimento, a nossa produção brevemente estará disputando com o Rio Grande do Sul, a liderança de produção do soja.

É fundamental a presença desta Casa de Leis naquele Simpósio Nacional, porquanto, assunto de relevância ali estará sendo tratado, para se ter conhecimento exato e perfeito do que o soja

representa, não apenas para a economia nacional, mas principalmente para a economia do Paraná.

Estamos sentindo, hoje, no Paraná, que este Estado passa a viver em função do soja, e a ausência ou até mesmo a omissão do Paraná no primeiro encontro, para tomar conhecimento das diretrizes, enfim, estudar-se com consciência e com realidade, os aspectos que a lavoura do soja envolve, é fundamental então que a Assembléia Legislativa do Paraná esteja presente.

Estou propondo, com fundamento no Regimento Interno, a formação de uma comissão Especial para se representar naquele simpósio, cujo requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário para a constituição de Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a fim de se representar no I SIMPÓSIO DO SOJA, a ser realizado na primeira quinzena de agosto na cidade de Porto Alegre, por iniciativa da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Fixa-se o número de três membros.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

#### JUSTIFICATIVA:

Regimentalmente está amparado o presente requerimento nas disposições dos artigos 33 e 34 do RI. Por outro lado, o Paraná sendo o segundo produtor de soja e com imensas perspectivas de passar à liderança de produção, impõe-se à sua presença em conclave de tamanha envergadura. Ademais a iniciativa do Poder Legislativo do Rio Grande do Sul, deve ser prestigiada por ser oportuna e oferecer valiosa contribuição à problemática do soja. Difícil mesmo, seria não participar esta Casa de Leis, porquanto aqui, insistentemente, tem sido posto em evidência o rico cereal em suas mais diversas considerações, quer de proteção aos produtores, facilidades de comercialização, fornecimento de sementes, transporte, armazenamento, enfim sob os mais interessantes e peculiares aspectos, que ultimamente passaram a influenciar decisivamente a economia do Paraná. O I Simpósio Nacional do Soja em Porto Alegre, marcará, sem qualquer dúvida, a tomada de consciência daquilo que o Paraná, em termos de economia, pode realizar e conseguir, com valiosos subsídios para o ordenamento de uma política consciente e real, das nossas exportações".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar passar despercebido o comentário que a nossa imprensa vem relacionando com respeito ao INPS no Paraná.

Ontem à noite em notícia de uma televisão formulou-se um comentário a respeito da tão comentada transação do Hospital Central do INPS que, para surpresa do povo curitibano e para surpresa dos associados do INPS, foi evacuado.

A justificativa da nota oficial do INPS é que o mesmo vai sofrer algumas reparações. No entanto, nos bastidores do próprio Hospital, segundo os jornais, e o comentário dos próprios médicos é que o edifício está abalado em suas estruturas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa de Leis há menos de trinta dias, votou aqui, por iniciativa do eminente Deputado Losso, votos de congratulações ao Presidente do INPS pelas medidas que ele havia tomado e que eram no sentido do término das imensas filas do INPS.

Apenas uma advertência aos Srs. Deputados. Como é comprometedor dar-se votos de louvor antes que essas medidas de concretização. Qual é o julgamento do povo de Curitiba e do Paraná com relação a esta Casa de Leis? Nem bem uma autoridade comenta que vai tomar medidas e já esta Casa está a se manifestar com votos de congratulações, sem que a referida medida se concretize. Qual o julgamento do povo ao ser que o hospital do Instituto foi fechado e, no entanto, nós aqui tão ligeiramente, tão apressadamente nos congratulamos com a autoridade uni-

camente porque anunciou medidas que procuravam terminar com as filas do INPS.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o tempo que dispunha para falar no Pequeno Expediente.

Concedo mais um minuto para que possa terminar.

O SR. NILSO SGUAREZI – Mas, justifico a minha revolta porque na Comissão de Constituição e Justiça vejo desfilar projetos de lei dando votos de cidadania honorária e cidadania benemerita.

Acredito que há muita coisa mais séria para fazer neste Estado do que simplesmente louvarmos e virarmos louvadores de todas as autoridades.

Sr. Presidente e nobres Pares, se no arroubo tenha dito algumas expressões que possa ferir, acredito que tenha valido e que seja válida a advertência, porque o julgamento do povo será implacável. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna apenas para encomendar alguns requerimentos, já que esta é a oportunidade que temos para fazê-lo, o primeiro dos quais se refere à seguinte súmula: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado adiante firmado, usando de suas prerrogativas legais, requer a Vossa Excelência se digne, após ouvido o douto plenário desta Casa, encaminhar ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor JAYME CANET JUNIOR, digníssimo Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Doutor ANTONIO JOSÉ SANT'ANNA LOBO, digníssimo Presidente da PARANATUR, solicitando providências no sentido de que se dê a melhor acolhida possível aos jovens que estão participando do Campeonato Brasileiro de Basquetebol, o qual está sendo realizado em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme está sendo amplamente noticiado, por falha da própria entidade promotora desse certame de âmbito nacional e, segundo a crônica esportiva, pela falta de amparo dos responsáveis pela administração do Ginásio de Esportes do Tarumã, a Federação Paranaense de Basquetebol estaria encontrando dificuldades para tornar-se uma recomendável anfitriã.

A maneira pela qual está sendo ridicularizada a utilização daquele pavilhão de esportes, repercutiu de maneira negativa em todos os meios esportivos.

Não se pode deixar que as diversas delegações, oriundas dos diversos estados brasileiros, levem uma impressão errônea da hospitalidade e da grandeza de nosso Paraná.

Cremos que ainda está em tempo de se apagar a figura deturpada que a imprensa, por razões óbvias, formou a respeito de nosso apoio ao esporte, fazendo com que os integrantes das equipes visitantes, acolhidos com a atenção da qual são realmente merecedores, divulguem pessoalmente, ao voltar, somente aquilo que nossa terra tem de bom e que nos parece tão fácil de lhes oferecer.

O prestigiamto ao esporte amador é um dever de todos nós!"

O segundo requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz respeito a uma solicitação, por ofício, ao Sr. Secretário da Educação, de informações sobre notícias veiculadas pela imprensa nacional, a respeito da negativa injustificada da Administração do Ginásio do Tarumã, em ceder aquele local para a realização do Campeonato de Basquetebol, da categoria Juvenil. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições legais, requer a Vossa Excelência se digne, após a aprovação do egrégio plenário desta Casa, enviar ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor FRANCISCO BORSARI NETTO, digníssimo Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando as informações abaixo, sobre notícias veiculadas pela imprensa nacional sobre a negativa injustificada da Administração do Ginásio de Esportes do Tarumã, em ceder aquele local para a realização do Campeonato Brasileiro de Basquetebol, da Categoria Juvenil:

1) Em que data a Federação Paranaense de Basquetebol solicitou à Administração do Ginásio de Esportes do Tarumã, fosse o mesmo cedido para que lá se realizassem os jogos do Campeonato Brasileiro Juvenil de Basquetebol?

2) Quais os motivos que levaram a Administração a negar a cessão do Ginásio de Esportes do Tarumã à Federação Paranaense de Basquetebol?

3) A manutenção do Ginásio de Esportes do Tarumã é feita com auxílio de verbas provenientes da Loteria Esportiva?

4) Em caso afirmativo, em quanto importou esse auxílio, desde a primeira distribuição de verbas procedidas pela Loteria Esportiva?

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

#### JUSTIFICATIVA:

A hospitalidade do povo paranaense e o apoio de nossas autoridades ao esporte, foi publicamente ridicularizada, através de notícia esportiva que ocupou duas colunas na seção de esportes do jornal "O Estado de São Paulo", de ontem.

A realização de um campeonato de basquetebol, congregando jovens de dez estados brasileiros, merecia maior atenção por parte das autoridades paranaenses.

Em que pese uma possível desorganização das entidades que deveriam programar este acontecimento esportivo de âmbito nacional, não se justifica que, mesmo procurada em última hora, a Administração do Ginásio de Esportes do Tarumã se furtasse a atender a justa reivindicação dos jovens esportistas, destinado, por um breve período de jogos, aquele imenso pavilhão para o fim a que realmente foi concebida a sua dispendiosa construção!

É de se lamentar que o Paraná seja motivo de galhofa em toda a crônica esportiva nacional, que não poupa críticas ao fato do ginásio construído especialmente para a prática de esportes, ser cedido para circos e para apresentações do Carnaval do Gelo, mas não para a realização de um Campeonato Brasileiro do Basquetebol.

As respostas às informações solicitadas no presente expediente servirão para esclarecer a opinião pública sobre a realidade dos fatos amplamente noticiados pela imprensa, pois todos nós temos a obrigação de prestigiar o esporte amador!"

Entende a Presidência, que este requerimento possa ser convertido para a apreciação ao andamento do Sr. Secretário durante a sua visita, que fará a esta Assembléia, segunda-feira.

O terceiro e último requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é no sentido de enviar ofício ao Sr. Superintendente do IPE, solicitando providências no sentido de solucionar o problema gerado com a não aceitação de cheques, por diversos setores daquele Instituto, emitidos ou endossados por seus contribuintes. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo assina, usando de suas prerrogativas regimentais, requer a Vossa Excelência se digne, após ouvido o douto plenário desta Casa, encaminhar ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ MARIA AZEVEDO, digníssimo Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado - IPE, ofício solicitando sua atenção para solucionar o problema gera-

do pela não aceitação de cheques pelos diversos setores de atendimento daquele Instituto, principalmente por parte de suas farmácias e serviços de laboratório, emitidos ou endossados por seus contribuintes.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

#### JUSTIFICATIVA:

O pagamento do funcionalismo público estadual é feito atualmente através das Agências do Banco do Estado do Paraná S.A.

Da mesma forma, pensionistas e aposentados recebem seus proventos por via bancária.

A não aceitação de cheques por parte dos serviços e da farmácia daquele Instituto, tem causado sérios problemas a seus segurados.

Nossa observação não diz respeito ao atendimento das farmácias, que é aceitável, inclusive temos ciência de que uma delas está funcionando ininterruptamente.

Todavia, num emergência qualquer, em que o contribuinte não disponha de numerário suficiente em sua casa, para comprar medicamentos, ou, no caso de necessitar fazer um exame de laboratório sem perda de tempo, estará privado de fazer uso de suas economias depositadas em estabelecimento bancário.

Procurando amenizar o problema, o IPE determinou que se aceitassem os chamados super-cheques ou cheques-ouro, o que vem beneficiar somente pequena parte do funcionalismo público estadual, pois, para se conseguir uma dessas contas bancárias, exige-se várias condições, uma das quais é o saldo médio elevado, coisa que raramente o assalariado pode apresentar.

Sendo obrigatória a apresentação do cartão de inscrição para fazer uso dos serviços do IPE, o contribuinte poderá desde logo ser identificado e responsabilizado por qualquer eventualidade relacionada com a emissão do cheque.

Restam ainda, como garantias, as severas sanções penais e disciplinares Administrativas que poderão ser aplicadas em possíveis deslizos.

Daí porque solicitamos da Superintendência do IPE mais este passo em favor dos filiados daquele Instituto".

E para concluir, quero lembrar, que até por um lapso não mencionei, que teria o Círculo Militar diante da negativa do empréstimo ou da cessão para o uso deste encontro de basquetebol juvenil, a negativa do Ginásio Tarumã foi a causa do empréstimo ou da cessão feita pelo Círculo Militar para acolher estes jogos desportistas.

Muito Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quinto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Praticamente, estamos nos despedindo para o recesso de trinta dias, das atividades parlamentares, das sessões constantes, desta Casa. Encontro-me no Grande Expediente para um trabalho de crítica e de auto-crítica às leis suplementares da Constituição ou extra-institucional. Entretanto, a impossibilidade de participar do Grande Expediente, e na decorrência deste tempo, entregarei à mesa, nesta oportunidade, uma justificativa constando de dez laudos, de um requerimento de envio de sugestão ao Exmo. Sr. Presidente da República, e ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, encarecendo, acima de tudo, que é impossível configurar a propalada distensão política que objetiva chegar à sistemática - democrática tão esperada por este País, se não forem extirpados os atos institucionais que prejudicaram o próprio pensamento e sentimento do Exmo. Sr. Presidente da República em devolver a democracia verdadeira a este País.

Analiso em síntese os acontecimentos revolucionários, desde a redação do Ato Institucional nº 1, em 1º de abril de 64, até o Decreto Lei 477, todos eles com a finalidade de restringir a

liberdade do povo brasileiro, principalmente das atividades políticas deste País.

Observo as consequências dos erros que têm se cometido na estrutura administrativa desta Nação, face esses dispositivos constitucionais de caracterizadas exceções.

Oxalá o meu requerimento seja recebido pelas altas autoridades do País, como uma autorização necessária; necessária inclusive para que a administração maior desta Nação formule objetivos para resolução dos inúmeros problemas do povo, principalmente da classe estudantil e da classe laboriosa deste País, a classe operária.

No bojo de meu trabalho, e na justificativa que o antecipa, denuncio a falta de presença da proteção das leis trabalhistas e previdenciárias que a nova classe operária que se formou após a Revolução e que vive no mais perfeito abandono e promiscuidade, e o que é pior, abandonada pela própria legislação trabalhista desta Nação, os chamados "bóias frias". Sem proteção, sem casa para morar, sem atendimento por parte da Previdência Social e sem amparo nas leis trabalhistas.

Acompanham também a justificativa inúmeros processos que se encontram nas escrivanihas da Secretaria de Educação e Cultura e no próprio Ministério da Educação, queixas dos quatro cantos da Nação, reclamando, principalmente sobre os erros que se têm cometido na estrutura do ensino do País, e acima de tudo que muito tem contribuído para o empobrecimento da cultura.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa informa que está esgotado o tempo concedido a V. Exa. Concede-lhe mais um minuto para conclusão.

O SR. LÚCIO MACHADO - Passarei a ler meu requerimento e passarei à Mesa para que V. Exa., Sr. Presidente, encaminhe-o ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro da Justiça.

Talvez a justificativa e o requerimento, dada a humildade com que o apresentei e a objetividade das provas, alcance ressonância e alguns resultados benéficos para as classes laboriosas desta Nação.

O requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei, REQUER:

Após ouvido o plenário, encaminhe-se ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA e ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA, a seguinte sugestão:

a) - Que o Chefe do Executivo, na sua sublime caminhada para distensão política deste País, solicita ao Congresso Nacional, "ad-referendum" para a anulação do ATO INSTITUCIONAL Nº 5 e do DECRETO LEI Nº 477.

b) - Que por DECRETO PRESIDENCIAL, sua EXCELENCIA, devolva ao Poder Judiciário com toda a plenitude o Diploma Legal do "Habeas Corpus".

c) - Que se encaminhe Mensagem ao Congresso Nacional, estabelecendo Legislação de Segurança e amparo trabalhistas e previdenciários aos operários rurais denominados BÓIAS FRIAS.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975".

Senhor Presidente, solicito seja encaminhado às autoridades, na íntegra, nosso requerimento e justificativa.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

- (A justificativa acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, sexto orador inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna, nesta sessão, para apresentar requerimento vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares REQUER, após ouvir o plenário, seja constituída uma comissão especial composta por quatro Senhores Deputados para tratar junto ao Ministro de Educação e Cultura da autorização para funcionamento de cursos superiores nas cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão.

#### JUSTIFICATIVA:

O Sudoeste do Estado, cuja colonização foi iniciada por gaúchos e catarinenses na década de 40, e está consolidando nestes últimos anos uma nova civilização, apresenta-se ao Paraná e ao Brasil como uma das regiões mais promissoras em termos de apresentar um novo horizonte de progresso material e harmonia social.

Nascido da luta e da coragem dos tropeiros, no início deste século, aquela vasta região de fronteira é, hoje, um marco de brasilidade e uma avançada sentinela de defesa das nossas tradições. Lá talvez, como em nenhum outro lugar, dia a dia na conquista da terra e na batalha pela sobrevivência, forja-se o novo Brasil; livre, coeso e progressista, no caldeamento de várias raças e no entrelaço de vários costumes.

Com espírito aventureiro e muito destemido, o homem do Sudoeste, mescla de gaúcho, catarinense, paranaense, paulista, nortista etc., é antes de tudo brasileiro. Ama esta terra. Nela vive e por ela morre.

Tem um grande sonho. Legar aos seus, uma vida sem tantas dificuldades. Para isso vive e luta.

É estável. Compra a propriedade ou a posse para si e para sua família. Difícilmente troca de moradia. Quer sossego e paz. Tendo a sua terra, e através dela, condições de sobreviver está satisfeito. Mas almeja muito para seus filhos.

A colonização sudoestina é diferente da colonização de outras regiões do Paraná. No Norte, o fascínio do café e a consequente valorização da terra, chamou homens de todo o Brasil. Atraiu, principalmente, os que buscavam fortunas fáceis e rápidas. Não se fixavam. Ganhavam e iam. Poucos, muitos poucos, aqui ficaram e investiram o que aqui ganharam.

Quem sabe a formação sociológica ou a atração da terra, tenha, no Sudoeste, chamado outro tipo de gente. É verdade que todos vieram ao Sudoeste, como vieram ao Norte, para viver novos dias, de mais felicidades e maior abundância. O Sudoeste, todavia, foi mais exigente. Exigiu até sangue para ser conquistado. Todos nós lembramos das lutas que lá se travaram e sabemos dos que ainda lutam.

Enquanto no Norte o café, cuja proteção governamental, por ser divisa para o País, chamou maiores e mais fortes investidores, no Sudoeste, o trigo, o suíno, o milho, o boi, etc. e, hoje, o soja, representam a diversificação da economia regional, sustentada sem quase amparo oficial, pelos braços dos bravos sulistas que lá fixaram-se.

Rapidamente conquistado, celeremente aquela região está se desenvolvendo, dividindo em pequenas propriedades o Sudoeste continua atraindo os moradores de terras já exauridas de outros Estados.

A implantação de serviços de infraestrutura nos últimos anos, como energia elétrica, abundante, vias de acesso aos grandes centros, transfiguram a terra que, dadivosa e de fácil amanho, significa, hoje, não apenas uma promessa, mas uma esplendorosa realidade.

Se muito já se fez, muito ainda há por fazer.

Principalmente, no setor de Educação. Os orçamentos municipais estão extremamente onerados nesse campo. A rede municipal de ensino primário sobrepõe em muito a rede estadual. No campo do ensino médio, todavia, o Governo do Estado mantém no Sudoeste, estabelecimentos de ensino em número suficiente para atender a atual demanda de matrículas. Não há um só município que não tenha o seu ginásio estadual. E, quase



todos possuem a sua Escola Normal, Escola de Comércio, Curso Científico nos mais centrais e populosos, e Escola Técnica Agrícola em Clevelândia e Foz do Iguaçu.

Estima-se em mais de 300.000 o número de crianças matriculadas nas Escolas Primárias e, perto de 80.000 as matriculadas em cursos de nível médio. Mais de 800 alunos no final de cada ano, portanto, estão teoricamente, aptos aos cursos de nível superior, após o término do 2º ciclo do curso médio.

Aqui surge o grande problema.

Desses 800 jovens, bem pouco são os que conseguem deslocar-se para os grandes centros à busca de complementação educacional. A baixa renda familiar é o principal fator imperativo da continuação ou prosseguimento do moço sudoestino até, os bancos acadêmicos. Mesmo assim, perto de 200 estudantes, anualmente, deixam os seus lares, e vêm a Curitiba, Porto Alegre, Ponta Grossa, Londrina, etc., para tentar a sorte nos exames de Vestibular.

Recentemente, há questão de sete anos, Palmas, a mais antiga das cidades da região, e berço de toda a sua civilização, pelo esforço de seu Bispo e idealismo de uns poucos implantou o primeiro curso de nível superior no Sudoeste, a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta Escola significa um verdadeiro marco de cultura e centro irradiador de formação profissional para centenas de jovens que desejam abraçar a espinhosa carreira do Magistério. A demanda de matrículas de estudantes de todo o Sudoeste paranaense e Oeste catarinense, àquela Faculdade, diz bem da verdadeira sede de cultura que empolga os filhos dos homens que conquistaram a terra e lá se fixaram. O pioneirismo de iniciativa privada em termos educacionais, com a Faculdade de Palmas, dá um exemplo aos governantes e os chama ao preenchimento de lacunas ainda existentes no mesmo campo.

Em face disso, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, as comunidades de Pato Branco e Francisco Beltrão, recentemente, através de seus Poderes Públicos Municipais, elaboraram estudos e encaminharam Projeto para a criação e instalação de tão almejada escola. Recebeu-os o Conselho Estadual de Educação que através de resolução própria entendeu estarem ambos os municípios em condições de possuírem cursos superiores pleiteados. Na forma da Legislação Estadual, o então Secretário de Educação e Cultura, Cândido Martins de Oliveira, homologou as resoluções do Conselho Estadual de Educação e em dezembro de 1974 entregou os processos em mãos, ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura Ney Amintas de Barros Braga, a quem por força de dispositivos legais, cabe após estudos do MEC encaminhar proposta ao Exmo. Sr. Presidente da República, com o objetivo de lavratura de Decreto autorizando o funcionamento dos cursos superiores.

Estamos informados que os processos encontram-se hoje em análise no Departamento de Assuntos Universitários do MEC, para a resolução do Conselho Federal de Educação que estuda nova distribuição de centros Educacionais em todo o País, para posterior apreciação das solicitações concernentes à matéria.

Cremos, assim, oportuno que esta Casa de Leis, através de Comissão Especial composta de 4 Srs. Deputados, faça sentir o seu alto e decidido interesse em que o MEC, urgencie e ultime os devidos estudos para que no menor espaço de tempo possível venha o Exmo. Sr. Presidente da República a assinar o Decreto autorizatório para o funcionamento de cursos superiores na Região Sudoeste do Paraná.

Requer-se, outrossim, uma vez aprovado pelo Douto Plenário, seja do presente enviado cópia integral aos Srs. Prefeitos Municipais, Câmara de Vereadores e Diretores de Ensino Médio de Pato Branco e Francisco Beltrão, bem como a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE. — A Presidência tem a satisfação de anun-

ciar a presença, neste plenário, do Sr. Prefeito Municipal de Chopinzinho.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, sétimo orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A região dos Campos Gerais é uma das pioneiras do Estado do Paraná na industrialização de cerâmica. Hoje, Ponta Grossa tem, como sempre teve, uma das maiores hegemonias do Paraná, no sentido de fábrica de tijolos, telhas, goivas e manilhas. Lá está instalada uma das maiores fábricas de manilhas da América do que é a Cerâmica São Sebastião, tradicional, que há mais de 20 anos vem contribuindo para com o município, o Estado e, consequentemente, para com todo território nacional.

Hoje aqui estamos, Srs. Deputados, para alertar o Paraná e principalmente ao setor fazendário, na pessoa do Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Jaime Prosdócimo, expondo a S. Exa. e ao Sr. Governador do Estado, de que a demanda de material, oriundo do vizinho município de Balsa Nova e de Campo Largo e outros municípios, onde indústrias pequenas trabalham clandestinamente, onde exercem o fabrico de telhas, tijolos sem o pagamento do INPS, FGTS e dos emolumentos fiscais que são atribuídos às firmas organizadas da minha cidade e da minha região, faz com que uma concorrência ilícita seja ali implantada, principalmente pelo baixo preço da mercadoria.

Estamos expondo ao Paraná o que acontece num quadrante deste Estado, na cidade de Ponta Grossa, na sua região. Pedimos, neste instante, que desse nosso pronunciamento, através da Mesa Executiva, fosse encaminhada uma cópia ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Jaime Prosdócimo, para que ele, sabedor que é, empresário que é, que contribui honestamente através das suas firmas e do seu comércio com todos os emolumentos fiscais atribuídos ao comércio e à indústria, de agora em diante, que Ponta Grossa está, disposta a este tipo de concorrência.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra no Grande Expediente ao Sr. Deputado Enéas Faria, (DECLINA).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. (DECLINA).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho. (DECLINA).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGIATTI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não fosse esta a última oportunidade neste final de semestre, e não aqui estaríamos para detê-los ainda por mais alguns momentos nesta manhã. O Deputado Lúcio Machado lamentou a falta de oportunidade para ocupar a tribuna no Grande Expediente, nós constatamos por outro lado que o Grande Expediente é objeto também de grande desinteresse da maioria dos membros desta Casa. Enquanto se reclama na esfera Nacional, para o Congresso da Nação, a centralização dos debates dos grandes interesses do País, nós entendemos que a demonstração desse interesse deva partir do próprio Poder Legislativo através da demonstração inequívoca da sua vontade de trabalhar e de produzir, em favor do povo, dos assuntos e dos problemas que envolvem o povo que ele representa.

O País, não pode continuar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem rumos definidos, como se encontra presentemente e desde o ano de 64. Desejo portanto, Sr. Presidente, em nome do diretório do Partido que eu tenho a honra de representar, o MDB, fazer em síntese o registro dos Anais da Casa, do documento publicado pelo Presidente Ulisses Guimarães. As opiniões pessoais, que acompanham a síntese deste documento, não representam certamente, uma opinião coletiva, mas são frutos também expostos, muito resumidamente, da experiência política que o orador adquiriu nestes últimos anos.



(Lendo): Sr. Presidente, Srs. Deputados, o documento intitulado "Reforma com Democracia" com que o Presidente Nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães se dirigiu à Nação para que de público, com a humildade dos sábios, convidar o Sr. Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, e o Partido situacionista, a ARENA a fim de que, juntamente com o MDB, Partido da Oposição, se promove a mobilização de todas as forças necessárias à ouvida do povo brasileiro, diretamente, e por meio de todos os setores representativos do País, se divide e subdivide nos pontos de real importância, a seguir enumerados:

- 1º - O compromisso formal de que a meta principal do MDB é restabelecer a normalidade democrática no Brasil.
- 2º - O reconhecimento de quatro pontos alcançados no Governo Ernesto Geisel:
  - a) As eleições de 15 de novembro de 74.
  - b) a supressão ainda no total da censura da imprensa.
  - c) O amplo e livre debate sobre as alternativas democráticas, com a participação inclusive, de figuras destacadas da Arena:
  - d) A impermeabilidade política do Governo, reativando o Congresso Nacional como centro, não de decisões, como deveria ser, mas pelo menos de debates nacionais.
- 3º - A análise dos problemas relativos aos direitos humanos, propondo ao debate, para a reforma constitucional, a adoção de princípios que claramente expressam com a vontade popular.
 

A renúncia à guerra de agressão e à ameaça ou ao uso da força para resolver litígios internacionais.

A igualdade perante a Lei e igualdade de oportunidades.

A igualdade de direitos entre a mulher e o homem.

A liberdade do homem "de necessidades incompatíveis com a sua dignidade, com a fome, a doença, a invalidez, o analfabetismo e desemprego.

A distribuição de rendas e distribuição de bens sob critérios democráticos, como educação, remédios, esportes, habitação, acesso ao trabalhador, ao patrimônio acionário da empresa em que trabalha.

A pena de prisão para a "violação do salário mínimo".

A liberdade de imprensa, rádio, televisão, cinema e das artes.

A proibição dos "maus tratos físicos ou mentais e da tortura".

A segurança de que sem mandado legal, nenhuma detenção inspeção ou busca poderá ser diligenciada.

O direito ao acusado de um rápido e público julgamento, e o de que ninguém é obrigado a testemunhar contra si próprio, sendo nula a confissão obtida por violência, tortura, ameaça ou após prolongada detenção.

A inadmissibilidade de qualquer tribunal extraordinário, para que ninguém possa ser removido de jurisdição comum e legal.

O banimento das cassações de mandatos, da suspensão de direitos políticos, das inelegibilidades discricionárias, das demissões ou remoções de servidor público por motivos políticos, assegurando-se que ninguém será privado do seu status legal ou de cidadania por razões políticas.

A reabilitação do "habeas-corpus".

A liberdade de ensino, ciência e artes.

A proibição de organizações com fins políticos, ainda que indiretos, de caráter militar, paramilitar ou secreto.

A concessão de asilo aos perseguidos políticos.

A incorporação às leis federais, sobre as quais terão precedência, dos tratados e acordos internacionais, depois de ratificados e aprovados.

A legislação que proporcione aos filhos ilegítimos as mesmas oportunidades dadas aos legítimos.

Igualmente, que a criança não poderá ser explorada.

Que a mãe terá o direito ao cuidado e proteção da comunidade, e,

Que o voto é igual para o homem e para a mulher, para o brasileiro nato e o naturalizado, para o empregador e o empregado, para o branco, o preto e o amarelo, para o religioso e para o agnóstico, para o alfabetizado e o analfabeto.

- 4º - O restabelecimento do equilíbrio entre os órgãos do Poder implícito em toda e qualquer afirmação que se faça na luta pela normalidade democrática, tem raízes científicas na democracia social, que amparam suas conclusões, a começar do Legislativo.

Assim, a valorização do Poder Legislativo é compreendida como a valorização do próprio poder de iniciativa das leis, que seria:

- a) partilhada entre o Executivo e qualquer membro do Congresso Nacional.
- b) exclusiva do Congresso Nacional nos casos clássicos de -- finidos na Constituição.
- c) de iniciativa popular, por meio de projetos apresentados ao Legislativo com as assinaturas de, no mínimo, 50 mil eleitores.
- d) das Assembléias Legislativas, com participação da iniciativa das leis junto ao Congresso.

O encaminhamento de emendas às mensagens de sua autoria em tramitação no Congresso, pelo Presidente da República e a exclusão de dispositivos de aprovação de mensagens por decurso de prazo, embora assegurando-se tramitação urgente e encabeçamento da ordem do dia por esses projetos, são outros pontos em favor da reconstituição do poder de iniciativa das leis em nosso País.

A devolução ao Poder Legislativo da prerrogativa de concessão de anistia e a supressão dos decretos-lei, com a adoção de leis delegadas, ressaltam outras reivindicações restauradoras do, Legislativo. E isso, sem representar qualquer perigo à segurança, que se estrutura no estado de sítio, sistemática adotada pelos países democráticos.

Quanto ao Poder Judiciário, entende o MDB que a reformulação constitucional incluiria:

- a) o restabelecimento das garantias dos juizes.
- b) a revisão da incensurabilidade dos atos do governo, estabelecida pelo artigo 181 da atual Constituição.
- c) a diversificação da provocação da inconstitucionalidade das leis. A Ordem dos Advogados poderia requerer junto ao Supremo Tribunal Federal a declaração da inconstitucionalidade.
- d) a falatidade da pena. Ampliação das multas.
- e) debate sobre a supressão da habilitação judicial de polícia.
- f) permissão de procedimentos especiais aos Estados.
- g) extensão do mandado de segurança ao Direito Privado.
- h) restabelecimento do "habeas-corpus".

Referindo-se ao Poder Executivo, o Presidente Ulisses Guimarães enfatizou em sua mensagem:

"Sua reformulação fundamental será ungi-locom a autoridade popular pelo voto dos cidadãos, entendido como o sufrágio direto, pessoal, o voto inalienável e inelidível".

- 5º - São fundamentos na "Reforma com Democracia", que a Ordem Exonômica e Social se caracterize pela compatibilização do desenvolvimento com a qualidade da vida, de modo a poder concluir-se que:

- a) a sociedade industrial não pode destruir a ecologia, nem o progresso arruinar o meio ambiente.
- b) o salário não pode ser exclusivamente monetário. Há serviços calculado no contexto e no pressuposto de serviços coletivos como transportes, educação, saúde e habitação.

Sua estruturação deve ocorrer por indicadores sociais.

c) seja reconhecido o salário-produtividade.

d) as grandes empresas, principalmente as multinacionais, deverão ter seu poder contido pelo Estado para que não administrem os preços, manipulem o mercado, havendo ainda sobre elas o controle de produção e consumo.

e) a expansão das empresas médias e pequenas será incentivada para assegurar aos trabalhadores maior oportunidade de empregos.

f) seja prontificada a justiça distributiva e comutativa.

69 O federalismo real e não formal, a ser alcançado pela autonomia dos Estados-membros e dos Municípios, com eleições diretas, livres, secretas e sem discriminações, como única forma de viabilizar, politicamente, a Federação, constitui o fundamento final da judiciosa conclamação que faz ao País o Movimento Democrático Brasileiro.

Senhores Deputados.

Esta Casa registrará em seus Anais, resumidamente, mas em sua essência, a manifestação de um dos partidos políticos do atual Sistema.

Pensará diferente o outro Partido?

Não creio. Como, pessoalmente, tenho poucas esperanças que a minha geração veja a grande Pátria conscientizada plenamente de seus destinos democráticos pela ação da própria democracia.

Mas, há muito tempo que o País devia estar unido em torno de tão alevantados objetivos como os que constituem as razões desse apelo à Nação.

A responsabilidade própria dos homens públicos, a maturidade dos partidos políticos, mesmo ante contingências e fatores desfavoráveis que devem ser de imediato reconhecidos, mesmo em prejuízo próprio, são princípios morais capazes de, por si só, assegurarem ao poder civil posição permanentemente inabalável.

É evidente que não basta mudar de Constituição. Nenhum País, talvez, mudou tanto de regime constitucional quanto o Brasil. E por isso as ditaduras se repetem.

Enterraram a carta de 1946, mas ninguém aponta defeitos de estrutura, capazes de conduzir o povo à desgraça.

Os defeitos havidos não podem ser imputados à Constituição de 1946, mas aos que não cumpriram, e o remédio, para tanto, se encontrava na própria Constituição.

Mas, admitindo-se para argumentar, que tivesse havido necessidade de se restabelecer a ordem jurídica pela força nunca se justificaria, que a força viesse substituir a ordem jurídica, usurpando o poder ao povo.

Ao povo cabe igual respeito aos poderes constituídos da Nação.

Devem, pois, exercitar a autoridade de que dispõem, em benefício do povo, e consentaneamente com os princípios pelo mesmo consagrados.

Quantas vezes nos civis, já falhamos neste País?

Que fizeram os governantes em prol da educação política e da cultura do povo?

E ainda ousam falar em criar-se um modelo político brasileiro?

Os povos tem evoluído e ninguém pode recusar que a Sociedade atual visa novos rumos, até para se evitar que a fome, a doença e o analfabetismo exterminem um País, subjulgando-o a uma ditadura definitiva como único meio de salvação.

Como bem afirmou João Mangabeira, "na questão social, ninguém, no Brasil, viu tão cedo, tão largo e tão longe quanto Rui em sua época". Para ele "as constituições são consequências da irresistível evolução econômica do mundo".

Era só Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente. Necessita de apoio. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução N. 17/75, que aprova o Termo de Acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, objetivando criação de mecanismo de controle da erosão na região Noroeste do Paraná. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Acordo celebrado em setembro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, objetivando a criação de mecanismo comum de controle da erosão na região NOROESTE do Paraná.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução N. 19/75, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, objetivando a continuidade ao Plano de Combate da Raiva dos Herbívoros, utilizando a Vacina Era. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

A Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 8 de abril de 1974, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, objetivando a continuidade ao Plano de Combate da Raiva dos Herbívoros, utilizando a Vacina Era.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975.

aa0

aa) BASILIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução N. 21/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, para aplicação de recursos destinados à Assistência a Deficientes Físicos. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 21 de fevereiro de 1974, entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná, e a Associação Paranaense de Reabilitação — APR, para aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSO – Presidente  
FRANCISCO ESCORSIN – Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução N. 47/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regularizar as obrigações decorrentes da aplicação dos recursos oriundos do Salário-Educação. – APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado em 02 de abril de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério da Educação e Cultura, regulando as obrigações decorrentes de aplicação dos recursos oriundos do Salário-Educação, instituído pela Lei n. 4440, de 27 de outubro de 1964.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSO – Presidente  
FRANCISCO ESCORSIN – Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução N. 48/75, que aprova o Termo Aditivo firmado ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, objetivando a execução de um projeto de informação de mercado Agrícola. – APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 09 de abril de 1975, ao Convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre o Ministério da Agricultura, e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, objetivando a execução de um projeto de informações de mercado agrícola.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSO – Presidente  
FRANCISCO ESCORSIN – Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei N. 01/75, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, destinado ao atendimento de despesas com a ampliação e manutenção da sua Colônia de Férias do Balneário Caiobá. – APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 01/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para a concessão de auxílio à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, destinado ao atendimento de despesas com a ampliação e manutenção de sua Colônia de Férias do Balneário Caiobá.

Art. 2º – Para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante do Orçamento Geral do Estado para o exer-

cício de 1975, aprovado pela Lei n. 6.640, de 04 de novembro de 1974.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei N. 02/75, que declara de Utilidade Pública a Associação Hospitalar e Assistencial Bom Jesus dos Perdões, com sede e foro na cidade de Guaraqueçaba. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 02/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E ASSISTENCIAL BOM JESUS DOS PERDÕES, com sede e foro na cidade de Guaraqueçaba.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975.

aa) BASILIO ZANUSSO – Presidente  
FRANCISCO ESCORSIN – Relator

aa) BASILIO ZANUSSO – Presidente  
FRANCISCO ESCORSIN – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei N. 41/75, que declara de Utilidade Pública a Ação Cristo Profeta, da cidade de Apucarana. – APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 41/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL CRISTO PROFETA, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975

aa) BASÍLIO ZANUSSO  
FRANCISCO ESCORSIN – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei N. 45/75, que declara de Utilidade Pública a União Beneficente e Recreativa de Santa Quitéria, com sede nesta Capital. – APROVADO.

REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 45/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a UNIÃO BENEFICIENTE E RECREATIVA DE SANTA QUITÉRIA, com sede nesta Capital.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1975

aa) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente  
FRANCISCO ESCORSIN – Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando a constituição de Comissão Especial desta Casa, a fim de apresentar a mesma, no primeiro Simpósio do Soja, a ser realizado na primeira quinzena de agosto na cidade de Porto Alegre. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam pagos os salários das Serventes lotadas em estabelecimentos de ensino de Maringá. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, pela oportuna iniciativa de alertamento à população quanto aos perigos de incêndio no período das festividades juninas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja asfaltada a estrada PR-340' — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Senador Nelson Carneiro, apoiando o projeto de Lei, de autoria do Senador Vasconcellos Torres, que visa o reconhecimento da profissão de Sociólogo, e que se encontra em mãos daquele Senador designado para oferecer parecer. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo, através de Telex ao Sr. Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos da cidade de Ortigueira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a instalação de um Centro de Saúde, na cidade de Ivaiporã. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de ver da possibilidade da criação de uma Escola Técnica de Comércio, no município de Santa Helena. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que seja estudada a possibilidade da criação de instalação de comarca, no município de São Miguel do Iguçu. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que inclua na nova divisão judiciária, retificação de divisas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Presidente da Paranatur, no sentido de que se dê a melhor acolhida possível aos jovens que estão participando do Campeonato Brasileiro de Basquetebol, o que está sendo realizado em nossa Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que informe sobre no-

ticias vinculadas pela imprensa nacional sobre a negativa injustificada da Administração do Ginásio de Esportes do Tarumã, em ceder aquele local para a realização do Campeonato de Basquetebol, da categoria juvenil. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do IPE, encarecendo sua atenção para solucionar o problema gerado pela não aceitação de cheques pelos diversos setores de atendimento. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, que nos próximos estudos da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária, a cidade de São João do Ivaí seja elevada a sede de comarca. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão aos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, para que seja anulado o Ato Institucional n.5 e o Decreto Lei n. 477, a devolução ao Poder Judiciário, com toda a sua plenitude o diploma legal do Habeas Corpus, e o estabelecimento de legislação de segurança e amparo aos operários denominados "boias frias". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, lido da tribuna, solicitando seja constituída comissão especial, composta por 4 Srs. Deputados, para tratar junto ao Ministro de Educação e Cultura, da autorização para funcionamento de cursos superiores nas cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de descontentamento e desaprovação pela maneira deselegante e desatenciosa com que o Sr. Presidente da SANEPAR, vem tratando a maioria das partes que o procura. — Em discussão.

O SR. FUAD NACLI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a sessão de segunda-feira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com discussão adiada, solicitando apelo ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que sejam apressadas as medidas, para corrigir as falhas do INPS. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à Hora Regi- mental.

Levanta-se a Sessão.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dez horas, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, sob a presidência do Sr. Deputado Rosário Pitelli, e presentes os Srs. Deputados Werner Wanderer e Jurandir Messias, com a presença dos Srs. Professor Eduardo Tavares Pereira, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, Prof. Antonio Ferreira, Diretor Secretário do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná especialmente convidados, bem como do Sr. Deputado Jorge Sato, autor do Projeto de Lei

n.º 127/74. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião. Todos os debates da presente reunião se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, da qual para constar, eu Maria Aparecida do Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) ROSÁRIO PITELLI – Presidente  
Maria Aparecida Amaral – Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, e contando com as presenças dos Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Gilberto Carvalho e Benedito Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse, da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados pelo Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão os seguintes projetos: PROJETO DE LEI Nº 40/75, de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), da cidade de Medianeira. Parecer contrário – APROVADO. PROJETO DE LEI Nº 00/00, de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, que dispõe sobre a Gratificação de Produtividade quando o servidor público venha a estar a disposição de qualquer órgão público, federal, Estadual ou Municipal. Parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Teresinha Barbosa de Moura e Claro, Lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente  
Terezinha B. de Moura e Claro – Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas e quinze minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Deputado Egon Pudell, e contando com as presenças dos senhores deputados Domicio Scaramella, João Cioni Netto e Jayme Rodrigues Carvalho, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada sem restrições, a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 119/74, de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes de terrenos n.ºs: 4 e 5 da Quadra 38, da Planta da Cidade de Tapejara d'Oeste. Relator deputado Domicio Scaramella, parecer favorável, APROVADO. PROJETO DE LEI N. 23/75, de autoria do Sr. deputado José Antonio Del Ciel, que autoriza o Poder Executivo permutar terreno de propriedade do do Estado do Paraná, por áreas de terras de propriedade do Município de Londrina, conforme especifica. Relator deputado João Cioni Netto, parecer favorável, APROVADO. PROJETO DE

LEI N. 30/75 de autoria do sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza o Poder Executivo criar o Instituto Florestal do Paraná IFP, e dá outras providências. Relator deputado João Cioni Netto, parecer-contrário. APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

aa) EGON PUDELL – Presidente  
Agildes de Oliveira Martins – Secretário.

COMISSÃO ESPECIAL DE IMPLANTAÇÃO DO POLO-PE-TROQUÍMICO

ATA DA INSTALAÇÃO

Aos doze dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dezesseis e trinta horas, reuniram-se os Srs. Deputados Quielse Crisóstomo da Silva, Aragão de Mattos Leão, Jorge Sato, Mauricio Fruet e Lineu Turra, com o fim especial de procederem a instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente. De acordo com o que determina o Regimento Interno, o Sr. Deputado Lineu Turra, assumiu a Presidência dos trabalhos e em seguida anunciou a eleição do Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão. Verificado o sufrágio constatou-se a maioria de votos para o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e para Presidente o Sr. Deputado Mauricio Fruet. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Sr. Presidente agradeceu a preferência de seus nobres pares, designando para relatores da matérias os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão e Lineu Turra e para exercer a função de Secretário, o funcionário Lóris Cordeiro de Barros. Em seguida o Sr. Presidente determinou que as reuniões serão realizadas de acordo com a necessidade da matéria. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Membros e por mim Secretário.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente  
MAURICIO FRUET  
ARAGÃO DE MATTOS LEÃO  
JORGE SATO  
LINEU TURRA  
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
8ª LEGISLATURA – 1ª REUNIÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Basílio Zanusso, havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Luiz Alberto de Oliveira apresentou redação aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 209/73 – de autoria do deputado Mauricio Fruet, que isenta da contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, servidores públicos inativos; civis militares e autárquicos, assegurando-lhes os benefícios previdenciários e assistenciais. PROJETO DE LEI N. 186/74 – de autoria do deputado Borsari Netto, que denomina Estação Eng. Rozaldo Gomes de Mello Leitão, a estação ferroviária localizada no km 54, da estrada de Ferro Central do Paraná. PROJETO DE LEI N. 6/75 – de autoria do deputado Quielse C. da Silva, que declara de utilidade

pública o Centro Social São João Batista, com sede em Bocaiuva do Sul. PROJETO DE LEI N. 17/75 - de autoria do deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública o Instituto Educacional e de Assistência Social "LUZ E AMOR", com sede em Maringá. PROJETO DE LEI N. 17/75 - de autoria do deputado Fabiano B. Côrtes, que autoriza o PE a doar ao Município de Telêmaco Borba, o imóvel onde funciona o Grupo Escolar LEOPOLDO MERCER. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 41/75 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição N. 54/75, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o Município de Cianorte, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 42/75 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-proposição n. 55/75, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde Pública, e de Viação e Obras Públicas, e os Municípios de Assaí, Mandaguapé e Chopinzinho, objetivando construção de prédios destinados à Unidades Sanitárias das sedes dos referidos Municípios. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) PRESIDENTE - Basílio Zanusso  
Secretário - Lélío G. Sotto Maior

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse C. da Silva e contando com as presenças dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Benedito Lúcio Machado e Luiz Carlos Zuk. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho, os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N. 131/73 - de autoria do Sr. Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública, o serviço de obras sociais da cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 52/75 - de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, que dá nova redação ao artigo 181, da lei n. 6.174, de 16.11.70. Parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente  
Terezinha B. de Moura e Claro - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete e trinta horas, na Sala de Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado

Accioly Neto, e presentes os Srs. Deputados: Luiz Roberto Soares, Fabiano Braga Côrtes, Ezequias Losso, Adalberto Daros, Enéas Faria, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Ivan Rüppel e Ealdenício Barbalho, bem como o Sr. Assessor Laertes Faggiatto. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1)- PROJETO DE LEI N. 31/75, do Sr. Dep. Luiz Carlos Zuk. Dispõe sobre a cobrança de Taxas Estaduais. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer contrário. Voto em separado do Deputado Deni Schwartz, no sentido de que seja encaminhado como Sugestão ao Poder Executivo. Aprovados o parecer e o Voto em separado. PROJETO DE LEI Nº 33/75, do Sr. Deputado Francisco Scorsin. Autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção Regional de Ensino, no município de Ibiporá. Relator Deputado Enéas Faria. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. PROJETO DE LEI Nº 49/75, do Deputado Domício Scaramella. Veda as Companhias de Economia Mista incluir em seus Estatutos dispositivos prevendo participação de seus diretores, nos lucros que porventura produzirem. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer favorável. Voto em Separado do Deputado Luiz Roberto Soares, com parecer contrário. Aprovado o Voto em separado, retirado o parecer favorável pelo seu relator. Voto vencido do Deputado Adalberto Daros. PROJETO DE LEI Nº 50/75, do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Altera o valor da pensão mensal concedida à Egypcialinda Veloso de Souza. Relator Deputado Enéas Faria. Parecer contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 51/75, do Deputado Lineu Turra. Inclui no Plano Rodoviário do Estado, a retificação e pavimentação da estrada São Mateus do Sul - São João do Triunfo - Palmeira. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 55/75, do Deputado Nelson Buffara. Denomina Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, o atual Grupo Escolar da localidade de Porto dos Padres, na cidade de Paranaíba. Relator Deputado Enéas Faria. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 59/75, do Deputado Francisco Scorsin. Declara de utilidade pública a Associação Assistencial de Guaíra. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 60/75, do Deputado Lineu Turra. Inclui no Plano de Obras do Estado, a construção de um prédio com nove salas de aula, no Colégio Agrícola Getúlio Vargas, da cidade de Palmeira. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer não foi apreciado. Deferido pedido de vista ao Deputado Adalberto Daros. PROJETO DE LEI Nº 59/74, do Deputado Francisco Scorsin. Autoriza o Poder Executivo conceder diploma de cidadão benemérito do Paraná, ao General Araken de Oliveira. Relator Deputado Deni Schwartz. Aprovada a sugestão apresentada pelo Deputado Enéas Faria, no sentido de que o autor do Projeto compareça à próxima reunião desta Comissão, a fim de participar da apreciação do parecer. PROJETO DE LEI Nº 105/74, do Deputado Aryzone Araújo. Autoriza o Poder Executivo construir uma ponte sobre o rio Jordão, na estrada que liga o município de Pinhão à localidade de Santa Clara. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 145/74, do Deputado Luiz Roberto Soares. Autoriza o Poder Executivo conceder ao Coronel Francisco de Paula Soares Netto, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Relator Dácio Leonel. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 180/74, do Deputado Leopoldo Jacomel. Doa à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., os equipamentos e implementos agrícolas que especifica. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria da Agricultura. Deferido. PROJETO DE LEI Nº 183/74, do Deputado Xenofonte Villanueva. Concede título de Cidadã Honorária do Paraná, à Lucilla Pinto Ballalai. Relator Deputado Deni Schwartz. Deferido pedido de vista ao Deputado Fabiano Braga Cortes. PROJETO DE LEI



Nº 187/74, do Deputado Wilson Fortes. Concede título de cidadão benemérito do Paraná, ao Doutor Maury Rodrigues da Cruz. Relator Deputado Ezequias Losso. Deferido pedido de vista ao Deputado Luiz Roberto Soares. PROJETO DE LEI Nº 141/73, do Deputado Wilson Fortes. Cria a Inspeção de Ensino da Cidade Gaúcha, como específica. Relator Deputado Enéas Faria. Parecer contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 230/73, do Deputado Gabriel Manoel. Dispõe sobre anistia das Multas à Fazenda Pública. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer contrário. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 159/74, do Poder Executivo. Mensagem nº 40/74, encaminhando cópia do convênio entre o Estado e o Ministério da Saúde, para fins que específica. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 67/75, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Nova Aliança do Ivaí, como específica. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer favorável, com Projeto de Resolução. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 80/75, do Poder Executivo. Ofício encaminhando veto apostado ao Projeto de Lei nº 97/74, do Deputado Basílio Zanusso. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer contrário ao Veto. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 81/75, do Poder Executivo. Ofício encaminhando Veto apostado ao projeto de Lei nº 134/73, do Deputado Gilberto Carvalho. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 101/75, do Poder Executivo. Ofício encaminhando Veto apostado ao projeto de Lei nº 234/73, do Deputado Leopoldo Jacomel. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer favorável. Aprovado. O Senhor Presidente solicitou ao Sr. Vice-Presidente, Deputado Waldenício Barbalho, que assumia a Presidência da reunião, a fim de que possa funcionar como relator dos seguintes Projetos. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49/75, da Comissão Executiva. Dá nova Redação ao item "b", número 1, § 2º, do artigo 3º, da Resolução nº 37/75. Parecer favorável. Aprovado. Projeto DE LEI Nº 70/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 23/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o valor mensal das pensões concedidas às viúvas de ex-Presidentes, ex-Interventores e ex-Governadores do Estado.

Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Accioly Neto, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

a) ACCIOLY NETO – Presidente  
a) Rita Celestino Soares – secretária

PARECER exarado pelo Sr. Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, na Comissão de Constituição e Justiça, à Proposição nº 74/75 – Emenda À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO.

#### PARECER

Pretende a proposta de Emenda Constitucional ora em exame acrescentar mais um inciso ao Artigo 22 do vigente Estatuto Estadual, assim redigido.

"XVI – Aprovar previamente, por votação secreta a indicação dos Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista, bem como de outros servidores quando determinado em Lei".

A proposta, cujo mérito e conveniência acredito poderiam ser convincentes, e talvez, até convenientes, padece contudo, de, visível e irremediável inconstitucionalidade.

I – Iniciaria por afirmar que em sendo uma Federação, o Estado Brasileiro prevê uma verdadeira repartição de competências entre o Governo Central e os regionais. Problemas que tem suscitado algumas controvérsias e a propósito da pretensa hierarquia entre normas Federais e Estaduais.

Não há, a rigor, que falar em hierarquia entre normas Federais, Estaduais e Municipais.

Cada categoria normativa é soberana dentro de sua esfera própria de competência.

Assim sendo uma Lei Estadual Constitucional não pode ser revogada por Lei Federal, e isto, conforme lição do Prof. Celso Riberiro Bastos, "em razão do fato de vigorar em nosso sistema jurídico – constitucional, uma repartição rígida de competências, de tal forma que uma mesma matéria é sempre insuscetível de ser validamente regulada por duas ordens jurídicas diferentes". (Cf. Elementos de Direito Constitucional, S.P. ED. Saraiva pág. 80).

Tanto a União como os Estados-Membros dispõem de competência Legislativa:

O Artigo 8º, XVII, da Constituição Federal discrimina as matérias de capacidade da União:

A) ....

B) Direito Civil, Comercial, Penal, Processual etc.

C) ....

E em tais matérias não deferiu o constituinte aos Estados-Membros capacidade para legislar nem supletivamente.

Apenas as alíneas, C, D, E, N, O e N do item XVII. São suscetíveis de Legislação Supletiva.

Ora, o Artigo 170, § 2º da Constituição Federal dispõe:

"Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as Sociedades de Economia Mista "reger-se-ão pelas normas aplicáveis às Empresas Privadas", inclusive quanto ao Direito do Trabalho e ao das Obrigações".

Vê-se daí que deflui da própria Constituição a obrigatoriedade das Sociedades de Economia Mista submeterem-se às regras que regem as empresas privadas.

Sociedade de Economia Mista – enuncia a definição legal – é entidade de personalidade jurídica de Direito Privado, criada por Lei para a exploração de atividade econômica, "sob a forma de Sociedade Anônima..." (Cf. Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967).

Ora, se a organização e funcionalidade da Sociedade de Economia Mista se dá dentro da contextura da Lei das Sociedades Anônimas – conforme determina a Constituição Federal esta e só esta é que parametriza as condições de operacionalidade das Sociedades de Economia Mista.

Submeter à prévia aprovação da Assembléia a "indicação" (E de indicação não se trata), dos Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista é procedimento que equivale a inovar Lei e Lei cuja competência gira na órbita exclusiva da União.

E se não a inova, indiscutivelmente a limita, o que também não é possível.

O Estado participa das referidas Sociedades como Acionista e os Atos de que participa são atos ontologicamente societários.

A criação de uma "instância" superior societária – no caso a Assembléia Legislativa – acima da Assembléia Geral de acionistas,

Se me afigura descabida.

II – Discrepância com o modelo Federal.

As Constituições Estaduais devem guardar certa similitude com o paradigma Constitucional Federal.

A Emenda nº 1 à Constituição do Estado de Minas Gerais, V.g., dispunha em seu artigo 31 o seguinte:

"Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XVIII – Aprovar, previamente, "a escolha do Procurador Geral do Estado", dos Juizes e Auditores do Tribunal de Contas, "dos Membros do Conselho Estadual de Educação", dos Prefeitos da Capital e dos municípios considerados Estâncias Hidrominerais, do Interventor em Município, e quando determinada em Lei, a de outros servidores".

Este artigo foi objeto de "representação" oferecido Procurador-Geral da República e deve a sua arguição de Inconstitucionalidade acolhida pelo Supremo Tribunal Federal entre outras razões por refugir o texto ao Modelo Federal. (Cf. REPRESENTAÇÃO).

TAÇÃO N) 857. MG., Rev. Trim. de Jurisp. págs. 310 e Segs.).

Também obteve acolhida "representação", com o mesmo fundamento, oferecido pelo então Procurador Geral da República, Prof. J. Carlos Moreira Alves, perante o Supremo Tribunal Federal. (Cf. REPRESENTAÇÃO 829 - RS, Rev. Trim. de Jurisp. págs. 659 e segs.).

### III - Conclusão.

Embora outras considerações no mesmo sentido pudessem ser deduzidas, atenho-me basicamente às duas razões enunciadas.

A proposta é inconstitucional porque:

a) Inova e limita texto de Lei Federal, o que é vedado ao Constituinte Estadual;

b) Discrepa do Modelo Federal, ao qual deve a Constituição Estadual estar jungida.

É o Parecer S.M.J.

aa) ACCIOLY NETO - Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES - Relator

IVO THOMAZONI - Membro

WALDENÍCIO BARBALHO - (Com declaração de Voto)

(Justificativa do Requerimento lido da Tribuna pelo Sr. Deputado Lúcio Machado na Sessão do Dia 26 de Junho de 1975).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo hoje na parte destinada ao Grande Expediente desta Casa para discorrer sobre os fatos relacionados com a Revolução de 1964; lembramos o dia 1º de abril daquele ano data em que foi baixado o ato institucional nº 1 de redação do Senhor FRANCISCO CAMPOS chancelado pelo GENERAL COSTA E SILVA, BRIGADEIRO CORREIA DE MELO e ALMIRANTE AUGUSTO RADEMAKER, integrantes do Comando Revolucionário; cujo ato deu instrumentação à Revolução para a Cassação necessárias de centenas de direitos e mandatos políticos.

O GENERAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, 1º Presidente Revolucionário eleito pelo Congresso, assume o Governo a 15 de abril daquele mesmo ano, assina numerosas outras Cassações; recebe visitas de diversos Chefes Estrangeiros, Preside as Eleições diretas para Governadores em 10 Estados da Federação; naquela oportunidade se elegem Governadores de Estados os Senhores ISRAEL PINHEIRO e NEGRÃO DE LIMA, homens que caracteriza incompatíveis com as Diretrizes Revolucionárias; nasce então o ato constitucional nº 2 com a finalidade de extinguir os Partidos Políticos como de fato extinguiu, aumenta o número do Supremo, cria-se as Eleições indiretas para Governadores e amplia ao Governo Central novos e amplos poderes.

A 15 de Março de 1967, assume as rédeas do Governo do País, o MARECHAL COSTA E SILVA, que deveria cumprir um mandato de 4 anos e que não conseguiu; surge o caso MÁRCIO ALVES, nasce o ato institucional nº 5 redigido pelo Ministro GAMA E SILVA, assinado no dia 15 de dezembro de 1968, cuja determinação objetiva ora o recesso do Congresso Nacional, houve novas cassações, fechamento de várias Assembléias Legislativas e censura à imprensa.

No dia 1º de setembro de 1969, os Ministros AUGUSTO RADEMAKER, LIRA TAVARES e MARIO MELO, se reúne numa Junta de Governo e assume a Chefia da Nação com o substituto do MARECHAL COSTA E SILVA que havia sido vítima de uma trombose cerebral. A VICE-PRESIDÊNCIA que era ocupada pelo Senhor PEDRO ALEIXO também ficou vaga. A 30 de outubro assume o Governo o GENERAL GARASTAZU MÉDICI, eleito para cumprir o mandato de 4 anos e mais 135 dias cujo término datou em 15 de março de 1974 - durante os 10 anos marcado de luta constante e de Diretrizes Revolucionárias; o povo brasileiro observou atentamente a luta permanente dos Homens que assumiram a alta responsabilidade de dirigir a Nação Brasileira; os resultados pareciam não ter sido muito grande;

não obstante a característica de magistral brasilidade cumprida nas intenções dos Ilustres Homens que comandaram o Governo Brasileiro nesta década de transição política necessária; muitos erros foram cometidos por Grupos asoberbados ao enriquecimento apressado, e muitas vezes prejudicial aos próprios interesses da Nação e do Povo Brasileiro.

A poucos dias denunciávamos desta Tribuna ao Paraná e ao Próprio Governo da República o monstro proliferante de miséria popular o Banco Nacional de Habitação; em síntese esclarecemos através de fatos, o grande mal que tem feito este organismo gigante de capital constituído com a miséria de milhares e milhares de obreiro anônimos da grandeza Nacional "o proletariado deste País".

Os brasileiros esperaram e continuam esperando a realidade de uma redenção necessária frente a afoita e incomensurável infração de todos os dias; o otimismo parece desvanecer porque a cada dia, a população se empobrece mais um pouco - mesmo sabendo que o progresso pressupõe uma vontade Nacional e Coletiva, o Brasil tem oscilado diariamente à beira do abismo e o desenvolvimento esperado - As autoridades responsáveis discutem constantemente as teses, entretanto encontram dificuldades para alcançar as Resoluções dos inúmeros problemas que envolve o povo brasileiro;

O quadro educacional e Universitário do Brasil é fato grave, povoado de amontoados erros, se hoje parece produzir rendas e juros estudar é um direito que só pertence às classes mais abastadas, cobra-se o ensino médio, o secundário, e o Universitário e exercido ao peso do ouro; sem falar na escassês de instalações de escolas principalmente para o ensino primário; professores mal remunerados e às vezes até mal preparados para o exercício do mister de ensinar - A Educação Brasileira de um modo geral viveu nos últimos anos o impacto de reformas e está vivendo ainda a influência pouco benéfica de suas duas últimas mudanças; o processo educacional brasileiro embora qualificado pelo atual Ministro da Educação como processo de maturação de seus próprios projetos, tem sofrido os defeitos de decisões tomadas sem a maturidade necessária; e a grande verdade Senhor Presidente e Senhores Deputados sobre os fatos que em síntese analisamos; poderão ser documentados através do amontoado de queixas, e reclamos em forma de processos, que asoberbam a Secretaria de Educação do Paraná e o Ministério de Educação. Não temos condições no espaço do tempo para analisar com dados estatísticos os acontecimentos maléficos que o culto da novidades sobre o sistema de Educação neste País criou nestes últimos anos, paramos por aqui e deixamos a análise a disposição do raciocínio inteligente de Vossas Excelências.

Todos os movimentos sociais, devem e tem que ser considerados como empreendimentos coletivos, deles participando a coletividade inteira, porque são eles que estabelecem um aspecto novo na configuração da vida; as raízes desses fatos são em caráter permanente eivado de um Estado de inquietação, com a manifestação natural de impulsos e das insatisfações.

Os movimentos sociais de forma geral tem que ser entendidos que é indispensável a participação ativa trabalhista, o de juventude, o feminista e de todos aqueles que se unem em prol da paz e desenvolvimento das classes, principalmente das laboriosas do País; sabemos que no fundo esses movimentos são constituídos por mudanças gradativas e difundidas nos valores das pessoas que a eles se integram - As mudanças são necessárias, e essas mudanças não tem outra fórmula a ser abraçada a não ser aquela de aproveitamento das tendências culturais de um povo, porque elas significam a forma altíssima e incontestável de alteração geral e afirmação de unidade das castas e dos Grupos responsáveis pelo desenvolvimento comunitário Nacional. Uma visão revestida de desejos e de esperanças sempre significa a emergência de um novo conjunto de valores que influenciam as pessoas que a ele integram a consideração de suas próprias existências.

O povo brasileiro, esta Nação de quase 120 milhões de

habitantes parece ser carente de tudo; saúde, cultura e na própria alimentação. Não faz muito tempo, o Senhor Ministro da Saúde, em pronunciamento à Nação através do Rádio e da Televisão, afirmou que 30 milhões de Brasileiros eram doentes de fome, portadores das mais diversas enfermidades, e todas elas geradas por falta de alimentação adequada; enquanto por outro lado, a afirmativa do Ministro de Educação e Cultura era que o número de analfabetos crescia assustadoramente.

Como vê, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pela observação que estamos fazendo, tomando como fato de análise as afirmativas dos próprios responsáveis por estes dois terríveis problemas de ordem Nacional, pode-se concluir que o Governo Brasileiro não encontrou ainda a fórmula de Resolução para o combate da fome, da doença e das cegueiras de Cultura deste País. — Recentemente houve uma mutação no salário mínimo Brasileiro atitude que não se podia esperar mais, por ser ela aparentemente a pobre fórmula para manter o assalariado mesmo mutilado porém em movimentação, esquecendo — violência inflacionária, o aumento do salário representou simplesmente uma gota do lenitivo, para restabelecer as esperanças nos desesperançados trabalhadores Brasileiros. Vemos com tristeza que a incontida e desenfreada marcha da inflação violenta, é hoje a triste doença que não encontra a condição de estabilidade como se fosse um tipo de enfermidade que o clínico não encontrasse medicamentos. Analisando friamente os fatos, verificamos que apesar da luta diuturna do GOVERNO os terríveis males da inflação na constância de sua atividade proliferante, torna-se a meia dúzia de ricos cada vez mais ricos com a pobreza de milhares de pobres que cada vez ficam mais pobres.

O Sistema de distribuição de rendas neste País se tornou insustentável, e só existe ao nosso ver um caminho que poderá, dar o rumo certo aos objetivos de estabilidade Nacional, a fórmula única e incontestável será, a devolução das liberdades do povo brasileiro, o povo precisa dos direitos de protestar livremente contra os amontoados de erros administrativos que tanto tem prejudicado a marcha de progresso deste País. Quando as classes obreiras são amordaçadas as determinantes não tem subsídios para perfeita resolução dos problemas; um País não cresce e não desenvolve, sem que haja liberdade de fato, é preciso que se abra as portas dos sindicatos patronais e liberem a eles, não as liberdades para as badernas, como acostuma nos acusar, aqueles que se encontram no Poder, mas, liberar, para que haja livre de fato, os sindicatos patronais em suas manifestações de interesses das classes que representarem — A balança é o objeto que se objetiva que ela chegue, a um determinado ponto, conseguindo ou subtraindo o objeto que se pretende pesar, assim deve proceder até que o seu denominador encontre a posição exata onde se pretende chegar — Com a balança, com o peso que nela buscamos; para pesar os direitos de cada um, até para obter o procedimento de cada cidadão na forma de manifestação de seus instintos, é preciso que se permita a todos, a liberdade, — liberdade das queixas e reclamações, liberdade das críticas e auto críticas; é preciso que se dê, principalmente e às classes estudantis e trabalhadoras, o direito de participar ativamente dos debates em busca das resoluções dos problemas brasileiros, liberdade sem ameaça, liberdade sem preconceito, liberdade sem medo dessa liberdade.

Nenhuma Nação se tornou poderosa e justa nas suas distribuições de rendas, senão através da participação direta de seu povo no Fórum dos debates das resoluções dos seus próprios problemas. Não preconizamos nenhuma novidade, apenas analisamos os acontecimentos, ele nos amedronta de tal forma que corremos o risco de usarmos esta Tribuna que não é nossa, que é do povo — Para analisarmos o quadro triste e desolador dos dias em que vivemos. É triste saber que as portas dos hospitais deste País, se enfeitam com as filas de indigentes — É por demais negativo saber que o "INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL", se transformou no órgão mais rico e mais pode-

roso economicamente desta Nação; enquanto os seus filiados, donos verdadeiros desse patrimônio enorme, descomunal, são tão pobres e tão miseráveis que mais parece o retrato do escombros de uma Nação que tem esquecido que a base fundamental de sua existência é a própria gente brasileira. — É mais triste ainda verificarmos, que as Universidades tem suas portas cerradas aos filhos da pobreza, devido às exorbitâncias dos valores que se cobram pelos cursos Universitários em todas as suas órbitas, na mesma oportunidade em que sabemos que, 87 por cento da população brasileira são pobres de fato. — É horrível e inaceitável saber que a evasão de escolares na faixa etária de 7 a 10 anos, aumenta assustadoramente a cada ano que passa; é revoltante imaginar que neste Estado do Paraná, se impõe para os cursos médios "Ginasial e Colegial", taxas de matrículas aviltantes, aos alunos desses cursos; e quando os pais, "na maioria", não tem condições de pagarem as taxas impostas, ou retiram os seus filhos do Colégio, ou submetem à humilhação de se dirigirem às delegacias de polícias de suas Cidades, afim de obterem atestado de pobreza, para poder receber a permissão da presença de seus filhos nos estudos.

E o operário Brasileiro, esse nosso irmão que no anonimato constrói a grandiosidade desta Nação, se encontra cada vez mais abandonado ou vivendo nas cidades, submetido à fome, à miséria em caráter permanente, vivendo em promiscuidade, vivendo à margem das sociedades, vivendo só Deus sabe como. E nesta última década, surgiu uma nova multidão de operários mais pobres, do que o pobre operário deste País. Surgiu os chamados BÓIAS FRIAS, homens, mulheres e crianças, enxotados das propriedades rurais, principalmente das chamadas fazendas de café; lá como colonos, tinham eles as suas casas para morar, tinham eles às vezes a luz elétrica para lhes oferecer pelo menos parte do conforto necessário para subsistir, tinham eles na maioria das vezes sua horta, seu pequeno cercado para engorda do suínio necessário para sua alimentação e a alimentação de sua família, lá, tinham eles, quase sempre, uma pequena área de terras que lhes eram anualmente cedidas pelo patrão, gratuitamente para que nas horas de folga do trabalho obrigatório, pudesse naquele espaço lançar as sementes e colher de qualquer forma, em todas as colheitas algo que representava fartura para si e para a suas família. Das áreas rurais eles foram atirados às margens das cidades para proliferarem em favelas, e passarem, além de não ter onde morar, a submeter a uma vida das mais tristes promiscuidades, a serem transportados nas madrugadas a dentro, às vezes para as mesmas propriedades onde antes residiam, e ali verem com tristeza, as casas que antes eles habitavam, totalmente vazias e sendo corroídas pelo tempo; vêem com tristeza e com saudades, as áreas que cultivavam nos dias de folgas e horas do trabalho obrigatório, tomada pela relva improdutiva, e que também parece chorar a triste separação de seus companheiros de todos os dias e de todos os anos de trabalho.

Os BÓIAS FRIAS é uma agressão à própria Nação Brasileira, é principalmente uma insulta aos sistema jurídico Nacional, são milhares de famílias por esse Brasil afora, que sem Lar e sem Paão, são também sem a proteção de qualquer direito trabalhista ou previdenciário, são homens e mulheres que sub-alimentos, recebem pelo dia que trabalha, sujeitando a intempérie das madrugadas frias, nos transportes dos mais rudimentares e dos mais perigosos; descalços, desnutridos e tratados como sub-humanos, os BÓIAS FRIAS deste País, andam diariamente pendurado nos caminhões que se abarrotam, às vezes 100 ou mais quilômetros por dia, para ir ao trabalho e mais cem quilômetros no mesmo dia, para voltarem do trabalho. Consequentemente levantam madrugada a dentro, e deitam sempre ao se aproximar da metade da noite, isto quando os chamados GATOS, feitores dos nossos irmãos BÓIAS FRIAS, possui condição capaz de fazer o transporte sem avaria no trajeto que demandam para cada dia de trabalho. Os filhos de nossos irmãos BÓIAS FRIAS, quando menores, dificilmente são aceitos para o trabalho, ficam eles

perambulando pelas Cidades, mendicando, ou se submetendo à tentação dos vícios e de toda sorte de costumes que naturalmente os preparam para a total marginalização da Sociedade. Poucos dias denunciarmos como a mais perfeita ARAPUCA deste País o BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO, e provamos através dos fatos consignados em nossa denúncia, o empobrecimento que esse organismo provocou nos seios das classes mais pobres deste País, e vale a pena repetir; enquanto se criou o BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO, para resolver os problemas de mocambos e favelas, se instituiu a geração dos BÓIAS FRIAS, para construir violentamente e nos 4 cantos deste País, as favelas e mocambos. Não existe hoje uma Cidade nesta Nação, que às margens não seja visto o início avantajado das favelas, semi-casas, feitas de qualquer forma, com pedaços de madeiras e papelão, buscados no lixo das Cidades, e ali vivem a família de nosso irmão BÓIA FRIA, meninos e meninas, moços e moças, o pai e a mãe, todos dormindo em um mesmo cômodo, porque na maioria das habitações só existe um; a mobília constitui geralmente, de algumas latas vazias, as enxadas, as foices, enfim as ferramentas necessárias que os serve para o trabalho árduo de cada dia. São milhares de Brasileiros hoje que forma essa multidão e que aumenta a cada dia que passa, sem que nenhuma providência procure-se tomar para a resolução desse triste problema.

Ainda a poucos dias, ouvimos desta tribuna, o Ilustre Deputado FIDELCINO TOLENTINO, denunciar, que o Capitão responsável por uma área do Governo em sua Região, na oportunidade em que iria receber naquela localidade o Presidente do INCRA; sentia-se preocupado com a presença dos colonos que ali se encontravam, e segundo o Deputado, o Capitão Administrador, pretendia afastar dali os homens de mão calejada e mal trajados: para que o Presidente do INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, não visse o problema do homem que lavra a terra; e acima de tudo deles não recebesse qualquer queixa ou reclamações.

É a falta de diálogo, é a falta de liberdade para que, os Governados deste País, possa dialogar com os seus Governos, com os seus dirigentes. É preciso entender que o médico só tem condições para diagnosticar a doença e ministrar o remédio, após dialogar com o doente e proceder o exame minucioso de seu corpo. É impossível o crescimento, e muito menos o desenvolvimento de uma Nação, quando o seu povo está cerciado da sacrossanta liberdade de dizer o que sente, principalmente quando esse sentimento tem raízes profundas na participação do desenvolvimento Nacional.

Não existe, nunca existiu e jamais poderá existir, outro meio de segurança, senão as Leis sociais estabelecidas em estrutura legal, para a segurança de um País; se precisa aprimorar os nossos códigos, e até a Lei de Segurança Nacional, que se faça; se houver necessidade de se acrescentar penas mais predominantes para os delitos, que se acrescente; se precisar construir mais cadeias nesta Nação, que se construa; entretanto, é mais que necessário e urgente, que se procure abolir as Leis de excessão, afim de que se restabeleça o clima de perfeita liberdade ao povo brasileiro — afim de que se permita a participação política da nova mentalidade, do jovem estudante brasileiro; é uma necessidade premente e urgente, a criação de novas lideranças, é o édito da consciência nacional. — este jovem de hoje, amordaçado pelo DECRETO 477, se encontra desesperado, porque ele sente com seu sentimento de brasilidade, que sua participação mais que necessária para a segurança e o desenvolvimento deste País, está cerciada violentamente com o Ato Institucional nº 5, ele afasta os sentimentos de manifestação dos Governados com seu Governo, ao contrário do que se espera que ele possa estabelecer fonte segura da própria segurança, a mutilação do Habeas Corpus não permite ao Poder, fazer a justiça pretendida, por isso mesmo, muitas injustiças poderão ser cometidas. OXALÁ, DEUS ILUMINE A INTELIGÊNCIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DO SENHOR MINISTRO DA

JUSTIÇA, e de todas as Autoridades responsáveis por este País, para que a distensão política anunciada, tenha sua marcha em forma acelerada, permitindo que as liberdades sejam devolvidas ao Povo Brasileiro.

Não existe outra forma para que um chefe de família possa adextrar seus filhos, se senão aquela de proceder como amigo, permitir a eles o diálogo, sem amedrontá-los, punindo-os quando necessário, com punições sem violências e sem brutalidade.

Gostaríamos, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, em continuar analisando os acontecimentos que nos entristecem como Cidadãos Brasileiros, entretanto o nosso tempo está esgotado.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 456/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2601/75, de 31 de março de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ ELIAS MARTINS, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1974

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 457/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3104/75, de 8 de abril de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de REGINALDO FANCKIN, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### PORTARIA Nº 312/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5405/75, de 4 de junho de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários: LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASAL, GILBERTO DAROS e EMILIO MAURO BARBOSA, todos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral